

**AUZZA SECURITIZADORA S.A. (Anteriormente
denominada TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.)**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da
AUZZA SECURITIZADORA S.A. (Anteriormente denominada TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.)

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da AUZZA SECURITIZADORA S.A. (Anteriormente denominada TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.) (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AUZZA SECURITIZADORA S.A. (Anteriormente denominada TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Reconhecimento da Receita

Durante a auditoria das demonstrações financeiras da AUZZA SECURITIZADORA S.A. (Anteriormente denominada TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, identificamos a ausência de informações suficientes e apropriadas para assegurar a correta aplicação dos princípios contábeis relacionados ao reconhecimento de receitas. A Companhia não forneceu detalhes adequados acerca das políticas de reconhecimento de receitas adotadas, bem como evidências suficientes que suportem os valores registrados como receita no período, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

Essa limitação na obtenção de informações impacta nossa capacidade de concluir, com segurança, que as receitas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência e as exigências normativas vigentes. Consequentemente, não pudemos determinar se seria necessário algum ajuste às receitas apresentadas nas demonstrações financeiras.

Despesas

Até a emissão do presente relatório, a Companhia não disponibilizou a documentação e as evidências necessárias que comprovassem a natureza, os valores e o período de competência das despesas registradas no exercício. Essa limitação na obtenção de evidências auditáveis impossibilitou a verificação da correta contabilização das despesas, conforme os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes. Em consequência, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes adicionais nos valores de despesas apresentados nas demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de a Companhia apresentado passivo a descoberto e ter incorrido em prejuízo de R\$ 1.388 mil (R\$ 863 mil em 2021) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade operacional.

Uma incerteza significativa existe quando a magnitude potencial de seu impacto e a probabilidade de sua ocorrência são tais que, no julgamento do auditor independente, a adequada divulgação da natureza e das implicações da incerteza é necessária para apresentação adequada das demonstrações financeiras.

Conforme determinado pela NBC TA 570, concluímos que o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado nas circunstâncias, porém existe incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional. Concluímos, também, que as demonstrações financeiras descrevem adequadamente, através da nota explicativa nº 2, os principais eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional e os planos da administração para tratar desses eventos ou condições.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Indicação de desvalorização dos ativos não financeiros da Companhia

A fim de atender o item 12 (d) do NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, executamos procedimentos de auditoria para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise da qualidade do ativo da Companhia e de recuperabilidade por tipo de ativo.
- avaliação da continuidade da Companhia e eventual desvalorização dos ativos da mesma através da análise de outros indicadores da Companhia, tais como análise de estrutura de capital, indicadores de liquidez e de rentabilidade.

Provisões para contingências

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- confirmação, por escrito, dos consultores jurídicos externos da Companhia sobre: (i) o estágio processual das ações judiciais ativas e passivas; e (ii) estimativa confiável da potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota;
- avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos utilizados pela Companhia;
- avaliação da política contábil adotada para provisionamento das ações judiciais e discussão das premissas em que se pautam as estimativas dos valores provisionados;
- testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável;
- testes de passivos contingentes não registrados, com base em pesquisas nos websites dos tribunais de justiça relevantes.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

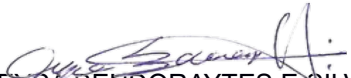
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	26
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	30
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	31
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	601.666
Preferenciais	0
Total	601.666
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	363.988	1.307.023	814.616
1.01	Ativo Circulante	326.869	719.555	111.265
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5	27	111.265
1.01.03	Contas a Receber	321.841	614.000	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	321.841	614.000	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.023	105.528	0
1.01.08.03	Outros	5.023	105.528	0
1.02	Ativo Não Circulante	37.119	587.468	703.351
1.02.03	Imobilizado	4.863	7.044	9.225
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.863	7.044	9.225
1.02.04	Intangível	32.256	580.424	694.126
1.02.04.01	Intangíveis	32.256	580.424	694.126
1.02.04.01.02	Direito de uso em arrendamento	32.256	68.424	104.126
1.02.04.01.03	Software em andamento	0	512.000	590.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	363.988	1.307.023	814.616
2.01	Passivo Circulante	3.381.342	2.981.015	1.372.839
2.01.02	Fornecedores	167.378	167.378	476.791
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	167.378	167.378	476.791
2.01.03	Obrigações Fiscais	140.220	83.310	48.175
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	89.390	51.593	31.458
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	89.390	51.593	31.458
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	50.830	31.717	16.717
2.01.05	Outras Obrigações	3.073.744	2.730.327	847.873
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.460.375	2.050.561	414.869
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.460.375	2.050.561	414.869
2.01.05.02	Outros	613.369	679.766	433.004
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	274.382	269.987	324.500
2.01.05.02.05	Outros	338.987	409.779	108.504
2.02	Passivo Não Circulante	112.599	68.050	320.783
2.02.02	Outras Obrigações	112.599	68.050	320.783
2.02.02.02	Outros	112.599	68.050	320.783
2.03	Patrimônio Líquido	-3.129.953	-1.742.042	-879.006
2.03.01	Capital Social Realizado	565.266	565.266	565.266
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.695.219	-2.307.308	-1.444.272

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	109.193	273.129	161.921
3.01.01	Receita de venda de bens ou serviços	119.751	299.639	178.480
3.01.02	(-) Deduções da receita	-10.558	-26.510	-16.559
3.03	Resultado Bruto	109.193	273.129	161.921
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.474.313	-1.118.201	-537.228
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.474.313	-1.118.201	-537.228
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.365.120	-845.072	-375.307
3.06	Resultado Financeiro	-22.791	-17.964	-2.199
3.06.01	Receitas Financeiras	90.773	166	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-113.564	-18.130	-2.199
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.387.911	-863.036	-377.506
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.387.911	-863.036	-377.506
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.387.911	-863.036	-377.506

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	1.387.911	-863.036	-377.506
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.387.911	-863.036	-377.506

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-408.595	-2.031.799	483.510
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-733.480	-874.669	-392.042
6.01.01.01	lucros ou prejuízos do Período	-1.387.911	-863.036	-377.506
6.01.01.02	Depreciação	38.349	2.181	2.181
6.01.01.03	Juros variações Monetárias	-44.384	-13.814	-16.717
6.01.01.04	Outros	660.466	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	324.885	-1.157.130	875.552
6.01.02.01	(Aumento) Diminuição de outros créditos	382.933	-719.528	54.396
6.01.02.02	(Aumento) Diminuição (Aumento) Diminuição de Partes relacionadasde Partes relacionadas	-47.961	-414.869	200.075
6.01.02.03	(Aumento) Diminuição de Fornecedores	0	-309.413	426.693
6.01.02.04	(Aumento) Diminuição Obrigações Fiscais	10.521	18.419	64.386
6.01.02.05	Aumento (Diminuição) Adiantamento de Clientes	4.394	-54.513	324.500
6.01.02.06	Aumente (Diminuição) Outras contas a pagar	-25.002	-108.504	108.504
6.01.02.07	Outros	0	431.278	-303.002
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-130.000	-373.343
6.02.02	Aquisição do Intangível	0	-130.000	-373.343
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	408.573	2.050.561	0
6.03.01	AFAC	0	2.050.561	0
6.03.03	Transações com partes relacionadas	408.573	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-22	-111.238	110.167
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27	111.265	1.098
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	27	111.265

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	565.266	0	0	-2.307.308	0	-1.742.042
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	565.266	0	0	-2.307.308	0	-1.742.042
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.387.911	0	-1.387.911
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.387.911	0	-1.387.911
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	565.266	0	0	-3.695.219	0	-3.129.953

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	565.266	0	0	-1.444.272	0	-879.006
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	565.266	0	0	-1.444.272	0	-879.006
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-863.036	0	-863.036
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-863.036	0	-863.036
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	565.266	0	0	-2.307.308	0	-1.742.042

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	565.266	0	0	-1.066.766	0	-501.500
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	565.266	0	0	-1.066.766	0	-501.500
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-377.506	0	-377.506
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-377.506	0	-377.506
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	565.266	0	0	-1.444.272	0	-879.006

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	119.751	299.639	178.480
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.411.690	-1.038.794	-531.501
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-751.224	-1.038.794	-531.501
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-660.466	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.291.939	-739.155	-353.021
7.04	Retenções	-38.349	-37.883	-3.884
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.330.288	-777.038	-356.905
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	90.773	166	0
7.06.02	Receitas Financeiras	90.773	166	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.239.515	-776.872	-356.905
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.239.515	-776.872	-356.905
7.08.01	Pessoal	11.114	6.010	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.114	6.010	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.718	40.407	16.559
7.08.02.01	Federais	15.652	15.934	7.635
7.08.02.02	Estaduais	2.078	0	0
7.08.02.03	Municipais	5.988	24.473	8.924
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	113.564	39.747	3.247
7.08.03.01	Juros	73.660	18.130	1.404
7.08.03.03	Outras	39.904	21.617	1.843
7.08.03.03.01	Despesas financeiras IFRS 16	39.904	21.617	1.843
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.387.911	-863.036	-377.506
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.387.911	-863.036	-377.506
7.08.05	Outros	0	0	795

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas da
AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ.MF 27.956.690/0001-03

Senhores Acionistas,

A Administração da **AUZZA SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações contábeis, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa UHY BENDORAYTES & CIA AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2023, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

AUZZA SECURITIZADORA S/A
Diretor Presidente
Rafael de Lima

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2023.

1) Contexto Operacional

A AUZZA SECURITIZADORA S/A, é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 07 de abril de 2017, tem como objetivo social a (i) a aquisição e securitização de direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (ii) a aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (iii) a aquisição e securitização de direitos creditórios judiciais e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios judiciais; (iv) a aquisição e securitização de direitos creditórios corporativos e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios corporativos; (v) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (vi) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; (vii) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de debêntures e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de judiciais ou corporativos que sejam compatíveis com as suas atividades; (viii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio, direitos de crédito imobiliário, direito creditório judicial ou direito creditório corporativo e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Debêntures ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio, direitos de crédito imobiliário, direito creditório judicial ou direito creditório corporativo, incluindo, mas não se limitando a, digitação de títulos em sistema de mercado de balcão; e administração, recuperação e alienação de direitos de crédito, estruturação de operações de securitização; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (x) a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos; (xi) Aquisição, intermediação, gestão, corretagem e custódia de criptoativos; (xii) Realização de atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; (xiii) A realização de atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; (xiv) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (xv)

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

Promoção de conteúdo em provedores, portais e outros serviços de informação; (xvi) Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis; (xvii) Compra e venda de imóveis próprios; (xviii) Aluguel de imóveis próprios. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 417, conjunto 2104, bairro Centro, CEP: 80.410-180.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período findo 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pelo conselho de administração em 12 de setembro de 2024.

2) Apresentação das demonstrações contábeis:

Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias registradas na CVM.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações contábeis, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC e Demonstração do Valor Acumulado – DVA. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a encontra-se em início de atividades operacionais sendo que o cenário atual demonstra o firme propósito de continuar suas atividades e, a administração não visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações. O plano de negócios para os próximos 60 meses estão estabelecidos em forma clara com foco na securitização de ativos que começa a gerar receitas mais significativas a partir do 3º trimestre de 2024. As receitas projetadas advêm dos vários serviços prestados ao mercado pela Companhia tais quais: (a) emissão de títulos e valores mobiliários (“TVM”); (b) administração de lastros das emissões de TVM; (c) serviço de coordenação líder de ofertas públicas em mercado de capitais; (d) serviço de distribuição de TVM; e, (f) serviços de emissões de tokens em *blockchain* que não sejam classificados como valores mobiliários. Outro fator importante, é comentar que o passivo descoberto apontado nos demonstrativos financeiros não representa riscos à continuidade das operações ao ponto que a maior parte de seus credores são partes relacionadas a Companhia, sendo que na eventualidade de as receitas advindas da atividade operacional não gerarem caixa suficiente para saldar os passivos da Companhia no prazo acordado com as partes relacionadas, a Companhia detém estratégias para equalização destes passivos, tais quais: (a) aumento de capital visando a conversão do saldo devedor das dívidas em integralização de ações da

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

Companhia a serem objeto de emissão primária; (b) aumento de capital através da emissão primária de ações a serem colocadas através de oferta privada ou pública com esforços restritos para investidores em geral.

3) Riscos:

3.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

3.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam os títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia.

3.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco

3.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2024 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

3.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2024, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

3.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

3.7 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

3.8 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

4) Principais práticas contábeis:

As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

4.1 Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as Companhias Securitizadoras de Crédito.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.3 Reconhecimento de despesa

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo.

4.4 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata. Os ativos classificados como ao custo amortizado são clientes e partes relacionadas ativas.

4.5 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.6 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e identificou ajustes realizados em Adiantamentos à fornecedores e ativo intangível em andamento, conforme nota explicativas 7 e 9, respectivamente.

4.7 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

4.8 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.9 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.10 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.11 Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.12 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa:

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Bancários à vista	5	27
Total de caixa e equivalentes de caixa	5	27

6) Outras contas a receber:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	308	-
Contas a receber com partes relacionadas	321.533	614.000
Total de outras contas a receber	321.841	614.000

7) Outros ativos circulantes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos à fornecedores	-	105.528
Bloqueios judiciais	5.023	-
Total de outros ativos circulantes	5.023	105.528

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

8) Imobilizado:

A conta “Imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação	Residual	Saldo
Equipamentos de Informática	20%	4.502	(5.369)	(867)	414
Móveis e Utensílios	10%	12.805	(7.074)	5.731	6.630
Total do Imobilizado		17.307	(12.443)	4.864	7.044

9) Ativo Intangível:

A conta de “arrendamento/Direito de uso” refere-se à contrato de aluguel predial classificado na norma do IFRS 16.

Em relação aos softwares, estão divididos em dois projetos: 1) Blockchain - Em Andamento e 2) Software de Negociação de Valores Mobiliários -Em Andamento, itens alocados de acordo com a norma CPC- 04 (Comitê e pronunciamentos Contábeis).

Descrição	Custo	Depreciação Ac.	Impairment (i)	31/12/2023	31/12/2022
				Residual	Residual
Direito de uso - Edifício Itaju	68.424	(38.677)	-	32.256	68.424
Software de Exchange em Blockchain (Em Andamento)	74.000	-	(74.000)	-	74.000
Software de Negociação de Valores Mobiliários (Em Andamento)	438.000	-	(438.000)	-	438.000
Total Intangível	619.101	(38.677)	(512.000)	32.256	580.424

(i) Os softwares em andamento foram provisionados para perda em 31 de dezembro de 2023 em sua integridade.

10) Obrigações tributárias federais e municipais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Social a pagar	-	481
Pis a pagar	6.830	4.443
COFINS a pagar	35.220	22.262
ISS a pagar	50.830	31.717
IRRF a recolher	36.259	7.757
IOF a pagar	11.081	-
CSRF a recolher	-	16.651
Total de obrigações tributárias federais	50.830	31.717
Total de obrigações tributárias municipais	89.390	51.594
Total de obrigações tributárias federais e municipais	140.220	83.311

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

11) Partes relacionadas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Permutoken	321.532	614.000
Total de partes relacionadas ativas	321.532	614.000
Felcar Consultoria	2.341.127	2.042.205
Rafael Felcar	16.017	8.356
Outras partes relacionadas	103.232	-
Total de partes relacionadas passivas	2.460.375	2.050.561

12) Adiantamento de Clientes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Compradores de tokens – Permutoken (a)	254.987	254.987
Adiantamento de clientes	19.395	15.000
Total de Adiantamento de Clientes	274.382	269.987

(a) Os valores mantidos nesta rubrica, referem-se a compras de tokens efetuadas pelos clientes. O prazo para realização e devolução destes valores, podem variar, a depender do prazo para negociação/venda dos ativos.

13) Outras obrigações:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outras contas a pagar	304.558	330.308
Passivo de arrendamento – Edifício Itaju	35.670	79.471
Taxa de fiscalização CVM	112.599	68.050
Outros passivos	(1.241)	-
Total de outros	451.586	477.829
Total de outros no passivo circulante	338.987	409.779
Total de outros no passivo circulante	112.599	68.050

14) Patrimônio Líquido – Passivo a descoberto:

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 601.666,00 (seiscentos e um mil e seiscentos e sessenta e seis reais), representado por 601.666 (seiscentas e uma mil e seiscentas e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com um saldo de R\$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais) a integralizar.

Prejuízos Acumulados – A companhia encerrou em 31 de dezembro de 2023 com um saldo de R\$ 3.695.911 (três milhões seiscentos e noventa e cinco mil,

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

noventa e onze reais) na conta de prejuízos acumulados, que será revertido à medida que a Companhia prosperar com as suas operações.

15) Receita operacional líquida:

A receita líquida é composta de receitas operacionais deduzidos os impostos como ISS, Pis e COFINS, composto por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de serviços	119.751	299.639
(-) Deduções da receita bruta	(10.558)	(26.510)
(=) Receita operacional líquida	109.193	273.129

16) Despesas gerais e administrativas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com serviços de terceiros	(654.454)	(588.826)
Despesas tributárias	(36.942)	(39.822)
Despesas com vendas	(32.230)	(82.303)
Despesas de depreciação e amortização	(38.349)	(37.883)
Outras despesas administrativas	(51.873)	(369.368)
Provisão para perda de ativo	(660.466)	-
(=) Despesas gerais e administrativas	(1.474.313)	(1.118.201)

17) Resultado financeiro:

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
(+) Receitas financeiras	90.773	166
(-) Despesas financeiras	(113.564)	(18.130)
(=) Resultado financeiro líquido	(22.791)	(17.964)

18) Informações sobre Emissão de Certificado de Recebíveis imobiliários:

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, Destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações contábeis, desde que a

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações contábeis vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social.

19) Instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos na data do balanço, representados substancialmente por aplicações financeiras, contas a receber e ativos e passivos com partes relacionadas e se aproximam dos seus valores de mercado estimados.

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, revogada pela Resolução CVM 02 de 06 de agosto de 2020, a Companhia confirma não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

Risco de crédito Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Risco de taxas de juros e inflação Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Até o momento a Companhia não identificou tais riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Notas Explicativas

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando suas operações em instituições financeiras de primeira linha. Considerando o cenário descrito, a Companhia não apresenta para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Curitiba - PR, 12 de setembro de 2024.

Rafael de Lima Felcar | Diretor Presidente

WE Gestão Empresarial LTDA | CRC PR-009913/O-1
Vitor Augusto Bazzo Fagundes | CRC PR-076141/O-7
José Henrique da Costa | CRC PR-075202/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da
AUZZA SECURITIZADORA S.A. (Anteriormente denominada TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.)

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da AUZZA SECURITIZADORA S.A. (Anteriormente denominada TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.) (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AUZZA SECURITIZADORA S.A. (Anteriormente denominada TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Reconhecimento da Receita

Durante a auditoria das demonstrações financeiras da AUZZA SECURITIZADORA S.A. (Anteriormente denominada TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, identificamos a ausência de informações suficientes e apropriadas para assegurar a correta aplicação dos princípios contábeis relacionados ao reconhecimento de receitas. A Companhia não forneceu detalhes adequados acerca das políticas de reconhecimento de receitas adotadas, bem como evidências suficientes que suportem os valores registrados como receita no período, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

Essa limitação na obtenção de informações impacta nossa capacidade de concluir, com segurança, que as receitas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência e as exigências normativas vigentes. Consequentemente, não pudemos determinar se seria necessário algum ajuste às receitas apresentadas nas demonstrações financeiras.

Despesas

Até a emissão do presente relatório, a Companhia não disponibilizou a documentação e as evidências necessárias que comprovassem a natureza, os valores e o período de competência das despesas registradas no exercício. Essa limitação na obtenção de evidências auditáveis impossibilitou a verificação da correta contabilização das despesas, conforme os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes. Em consequência, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes adicionais nos valores de despesas apresentados nas demonstrações financeiras.

GBS-1214-24

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de a Companhia apresentado passivo a descoberto e ter incorrido em prejuízo de R\$ 1.388 mil (R\$ 863 mil em 2021) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade operacional.

Uma incerteza significativa existe quando a magnitude potencial de seu impacto e a probabilidade de sua ocorrência são tais que, no julgamento do auditor independente, a adequada divulgação da natureza e das implicações da incerteza é necessária para apresentação adequada das demonstrações financeiras.

Conforme determinado pela NBC TA 570, concluímos que o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado nas circunstâncias, porém existe incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional. Concluímos, também, que as demonstrações financeiras descrevem adequadamente, através da nota explicativa nº 2, os principais eventos ou condições que

possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional e os planos da administração para tratar desses eventos ou condições.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Indicação de desvalorização dos ativos não financeiros da Companhia

A fim de atender o item 12 (d) do NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, executamos procedimentos de auditoria para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise da qualidade do ativo da Companhia e de recuperabilidade por tipo de ativo.
- avaliação da continuidade da Companhia e eventual desvalorização dos ativos da mesma através da análise de outros indicadores da Companhia, tais como análise de estrutura de capital, indicadores de liquidez e de rentabilidade.

Provisões para contingências

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- confirmação, por escrito, dos consultores jurídicos externos da Companhia sobre: (i) o estágio processual das ações judiciais ativas e passivas; e (ii) estimativa confiável da potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota;
- avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos utilizados pela Companhia;
- avaliação da política contábil adotada para provisionamento das ações judiciais e discussão das premissas em que se pautam as estimativas dos valores provisionados;
- testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável;
- testes de passivos contingentes não registrados, com base em pesquisas nos websites dos tribunais de justiça relevantes.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos

qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira,

constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8

GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, Rafael de Lima, brasileiro, advogado, casado, devidamente portador da CIRC nº 5.883.601-0/PR e CPF/MF sob nº 052.385.489-74, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da AUZZA SECURITIZADORA S/A, sociedade anônima, Rua Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417 cj 2104 na Capital do Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.956.690/0001-03, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR sob NIRE 41300296952 DECLARA (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2023; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes da Companhia de 12 de setembro de 2024.

Curitiba - PR, 12 de setembro de 2024.

Rafael de Lima
Diretor Presidente e
Diretor de Relação com Investidores

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, Danilo Freitas, brasileiro, bacharel em direito, casado, devidamente portador da CIRC nº 8.366.645-5/PR e CPF/MF sob nº 036.695.879-85, Diretor de Compliance da AUZZA SECURITIZADORA S/A, sociedade anônima, com sede na Rua Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417 cj 2104 na Capital do Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 127.956.690/0001-03, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR sob NIRE 41300296952 DECLARA (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2023; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes da Companhia de 12 de setembro de 2024..

Curitiba - PR, 12 de setembro de 2024.

Danilo Freitas
Diretor de Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, Rafael de Lima, brasileiro, advogado, casado, devidamente portador da CIRG nº 5.883.601-0/PR e CPF/MF sob nº 052.385.489-74, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da AUZZA SECURITIZADORA S/A, sociedade anônima, Rua Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417 cj 2104 na Capital do Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.956.690/0001-03, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR sob NIRE 41300296952 DECLARA (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2023; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes da Companhia de 12 de setembro de 2024.

Curitiba - PR, 12 de setembro de 2024.

Rafael de Lima
Diretor Presidente e
Diretor de Relação com Investidores

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, Danilo Freitas, brasileiro, bacharel em direito, casado, devidamente portador da CIRG nº 8.366.645-5/PR e CPF/MF sob nº 036.695.879-85, Diretor de Compliance da AUZZA SECURITIZADORA S/A, sociedade anônima, com sede na Rua Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417 cj 2104 na Capital do Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 127.956.690/0001-03, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR sob NIRE 41300296952 DECLARA (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2023; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes da Companhia de 12 de setembro de 2024.

Curitiba - PR, 12 de setembro de 2024.

Danilo Freitas
Diretor de Compliance